

A Reforma Pereira Passos e a formação da Modernidade Brasileira

Ana Paula C. Gonçalves 1

¹ Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional- IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ-anacasassola@gmail.com

Resumo

A Reforma Pereira Passos se insere num contexto de constituição da Modernidade Brasileira de forma conservadora onde ocorreu uma identificação da cidade do Rio de Janeiro com o conceito de Nação. Naquele momento houve um confronto de utopias que buscava apagar o passado colonial e construir uma nova idéia de “povo” e de “nacionalidade”. Nessa construção, as teorias higienistas tiveram crucial importância que justificavam, através do saber médico supostamente neutro, um controle moral e espacial. Nesse momento houve uma conciliação do saber médico e da elite agrária no ordenamento do espaço da cidade e no controle da família. Além disso, a Reforma Pereira Passos representou o estabelecimento de um novo “pacto” onde ocorreu a tentativa de um rearranjo de forças das classes burguesas industriais emergentes com as velhas oligarquias. Por um lado, houve de fato uma melhoria das condições de infraestrutura da cidade, por outro lado essa reforma evidenciou algumas contradições da formação social, política e econômica brasileira ao tentar impor um modelo de civilidade e de nação.

Palavras-chaves: Reformas Urbanas; Planejamento Urbano; Pereira Passos; Urbanismo.

1 Introdução

A Reforma Pereira Passos se insere num contexto de processo de constituição da modernidade na passagem do século XIX ao XX no Brasil. Esse processo foi uma tradução da razão iluminista pelas elites brasileiras e não uma imitação do que ocorreu no exterior, em particular em Paris do século XIX.

A constituição da modernidade brasileira ao qual esse plano está vinculado é um processo conservador, ou em outras palavras, uma ação do progresso patrocinada pelo Estado sem a participação da sociedade. Esse ponto de vista também se aproxima do conceito de modernidade de José de Souza Martins que, segundo o qual, diferentemente das nações européias, a nossa sociedade não passou pela conquista da contratualidade das relações sociais por uma série de questões históricas.

O fato que aproxima a Reforma Pereira Passos das reformas em Paris do século XIX é que aquele primeiro projeto também resulta de um processo contraditório através do qual, segundo Rodrigues (2000, p.32) o novo se interpenetra no antigo: “essas imagens são imagens do desejo e, nelas, a coletividade procura tanto superar quanto transfigurar as carências do produto social, bem como as deficiências da ordem social de produção”

A aproximação da noção de modernidade com a Reforma Pereira Passos também pode ser percebida no fato que a construção da história do Brasil associa-se à construção da história do Rio de Janeiro. A modernidade carioca se constituiu uma nova fundação do Brasil, nesta cidade houve uma identificação da cidade capital, um microcosmos da nação, especialmente no que diz respeito à representação externa da nação. Nesse ponto há de se ressaltar que a cidade do Rio apresentou-se com um perfil que a distinguiu de Salvador, era uma cidade aberta para o mundo.

Na Reforma Pereira Passos houve a mobilização em torno de um ideal de hegemonia, uma idealização da cidade como espaço do progresso e da ordem.

“Seu traço distintivo mostrou-se: era uma cidade resultante de um embate. Não qualquer embate, pois não foi apenas um confronto militar ou de força. Foi um confronto de utopias” (RODRIGUES, 2000, p.102-103)

Dentro do ideal de hegemonia havia a idéia da eliminação do passado colonial e dentro desse contexto a cidade definiu-se como “vitrine” do Brasil conjuntamente com a apresentação de valores como “regeneração” e até mesmo a necessidade de se viver a belle époque enquanto função de vanguarda da nação.

Essa “vitrine” foi consequência também do caráter artificial da nossa modernidade que produziu um distanciamento das classes sociais que não foi resolvido pelo Estado. Ao mesmo tempo as elites não conseguiram produzir uma sociedade capaz de se movimentar em direção ao processo de construção de sua identidade industrial.

Dentro desse embate de utopias do qual essa Reforma se insere, encontra-se a sua relação com as teorias higienistas que também construíram um arcabouço ideológico para a ação do Estado sobre o espaço urbano.

2 O Higienismo e a Reforma Pereira Passos

Segundo Costa (1989), o domínio do corpo e controle moral e espacial sobre os sujeitos tem raízes, no caso brasileiro, no próprio controle de ordenamento das cidades a partir do século XVIII e na política sanitária implantada desde então. A partir de então a higiene congregou harmoniosamente interesses da corporação médica e objetivos da elite agrária administrando antigas táticas de submissão, formulando novos conceitos científicos e transformando uns e outros em táticas de intervenção.

A questão da falta de salubridade foi usada como retórica para o ordenamento do espaço urbano e o controle da família. Tudo isso sempre com o apoio do Estado. Nas teorias higienistas da época o espaço urbano estava intimamente associado com a propagação das doenças (teoria dos “miasmas”).

A ordem médica vai produzir uma norma familiar capaz de formar cidadãos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade, do Estado, da pátria. O que significa dizer que a normalização médica da família brasileira operou-se tanto em estreita correspondência com o desenvolvimento urbano como com a formação do Estado Nacional.

Como exemplo da urbanização conduzida pelo Estado abatendo-se sobre a família, Costa (1989) cita a lei das aposentadorias e a abolição das rótulas e gelosias das casas. No primeiro caso, os membros da administração real tinham o direito de requisitar casas particulares para suas estadias em cidades onde iam realizar inspeções jurídicas, fiscais, etc. No segundo caso, as rótulas e gelosias além de serem considerados como “barbárie” por serem características do mundo árabe, permitiam que quem estivesse dentro da casa visse sem ser visto, o que foi considerado prejudicial pela questão de proteção da corte.

Ainda sobre essa questão, deve-se ressaltar que a associação da fundação, em 1829, da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro esteve associada à elaboração o Código de Posturas Municipais do Rio, que regia o ordenamento das ruas e a constituição das fachadas.

Vários hábitos familiares foram transformados na passagem do período colonial para o Império, assim como a própria planta da casa brasileira sofreu transformações, com esse

intuito de domínio maior sobre os indivíduos, sempre com uma retórica higienista por trás. Como exemplo disso, pode ser mencionado que a família colonial possuía muitos agregados, e a partir do sanitarismo houve a construção de um sentido maior de intimidade. Acentuando este sentido, observa-se que o higienismo esteve relacionado com o afastamento do escravo do convívio familiar, e com a eliminação de agregados.

Além disso, surgiram leis para regular o vestuário considerado adequado ao uso e às ocasiões, deixando implícita uma forma sadia de vestir. A nudez, tão comum no período colonial, entre escravos e indígenas, foi cada vez mais se identificando com indecência e com maus modos.

A higiene passou a oferecer-se como emblema de diferenciação social, os médicos assumiram esse papel de determinar o que era sadio ou não, confundido o conceito de saúde com o conceito de moral. E este papel teve uma influência decisiva no espaço urbano, no espaço arquitetônico e no tipo de “ordem” que é tentado impor nas cidades.

“A família perdeu sua timidez, rompeu a couraça e abriu-se ao convívio com os estranhos. [...] No entanto a medicina social deu-se conta, logo em seguida, que essa porosidade tinha que ser bem dosada. A família incontidamente exposta à rua diluía o que se buscava concentrar: a intimidade” (COSTA, 1989, p.133)

Havia uma maneira saudável e correta de participar dos encontros burgueses: “Os médicos ao criarem a nova maldade do mundo buscavam convencer a família de que só eles conheciam a maneira sadia de penetrar seus caminhos. O mundo obscuro, moralmente destrutivo foi inventado para criar na família terror ao exterior e ternura pelo convívio íntimo”(COSTA, 1989, p.136)

Com a mudança da casa, o aumento das aberturas, da ventilação, o aumento dos espaços, o controle moral sobre os indivíduos tornou-se mais intenso e violento.

Diante da possibilidade difundida pelos médicos de toda atividade humana ser quase potencialmente mórbida, construiu-se uma ambigüidade sobre o que poderia ser considerado ou não higiênico. Surgiu um controle maior do psiquismo, das “paixões”.

Finalmente, os higienistas falavam de humanidade, dando uma dupla conotação ao termo: o de espécie biológica, a raça; e de organização política, o Estado. O que significou uma “estatização” dos indivíduos.

Nas teorias higienistas havia uma idéia presente de um caminho de “civilização”. O que se declarava era o desejo de se fazer a civilização européia nos trópicos. Segundo Sidney Chaloub (1996), os sanitaristas erigiam as condições de higiene pública como elemento definidor do grau de civilização de um povo. Implicitamente estava uma crença da possibilidade de gestão científica da sociedade: “Os higienistas se fechavam numa lógica ferrenha, totalmente baseada em procedimentos autoconfirmadores”(CHALOUB, 1996, p.44)

Na medida em que havia dois principais paradigmas médicos sobre causa e propagação da doença – o contágio e a infecção¹-e uma dificuldade em determinar com precisão as origens dos “miasmas” entendidos como sinal de infecção, os infeccionistas usaram esses aspectos de justificativa para colocar todo ambiente e as classes pobres (tidas como “classes perigosas”) sob suspeição e constante inspeção.

Assim como para Costa (1989), também para Chaloub (1996), o sanitarismo foi usado como discurso para legitimar o controle sobre o espaço e o controle social.

Como exemplo dessa questão, o cortiço Cabeça de Porco assim como outros cortiços do

¹Segundo Chaloub “contágio” era considerada a propriedade de certas doenças de se comunicar de um a outro indivíduo e “infecção” se entendia pela “ação exercida na economia por miasmas mórbidos”

centro do Rio, era tido pelas autoridades da época como “lugar de desordeiros” e sua demolição foi justificada por um misto de preceitos moralistas com razões de saúde pública.

Foi assim construído o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à saúde principalmente quando administradores começaram a associar a existência de cortiços por volta de 1850, ao surgimento de epidemias.

Ainda segundo Chaloub (1996) as classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio. Entretanto, do nosso ponto de vista, se por um lado, havia uma questão de saúde pública e de salubridade nas cidades, por outro lado a crença de que haveria uma racionalidade extrínseca às desigualdades sociais urbanas, norteou uma condução que a autora chama de “não-política”. Não concordamos, entretanto, com essa expressão, na medida em que as teorias higienistas resultaram em práticas intervencionistas autoritárias, e a imposição de qualquer ordem em qualquer nível social pressupõe a construção de uma ideologia e o exercício de uma política. Portanto consideramos uma contradição afirmar-se que todo esse processo foi “apolítico” mas que ao mesmo tempo resultou na inibição do exercício da cidadania, desenvolvendo a citação abaixo:

“Rompidas as estruturas institucionais e ideológicas que sustentavam a prerrogativa senhorial de, em última análise, acorrentar o trabalhador ao processo de produção, havia a tensão da necessidade de construção de uma outra teia de sujeição do produtor direto” (CHALOUB, 1996, p.175)

O sanitarismo independentemente de apresentar um discurso aparentemente “apolítico”, de fato substituiu os arquétipos tradicionais de controle social e de controle do espaço urbano naquele período.

Assim é que, a idéia da doença e da saúde desenvolve-se intimamente associada ao espaço e às suas representações. Dentro destas questões, há que se recuperar o sentido da Reforma Urbana Pereira Passos nesse contexto.

Na passagem da metade do século XIX para o século XX houve a emergência de várias forças transformadoras na cidade do Rio de Janeiro dentre elas podemos citar a consolidação do Rio de Janeiro como sede política e grande empório comercial do Império.

Benchimol (1990) assim como muitos autores que tratam desse período convergem com a idéia de que a cidade do Rio de Janeiro naquele período era de fato insalubre e essa característica estimulou a criação da medicina social e da polícia médica que tinham como estratégia não somente a higienização da sociedade como também a normalização do próprio saber e da prática médica.

Assim como tentamos explicar anteriormente: “Quando se procura delimitar o raio de ação da medicina social no século XIX, nota-se um perfeito recobrimento entre os termos sociedade e cidade” (BENCHIMOL, 1990, p.116)

Havia um perigo identificado com a “coabitação numerosa”, o meio urbano era caracterizado como um meio hostil devido à grande concentração de indivíduos:

“Ao responsabilizar a desordem urbana pela degeneração da saúde não só física como ‘moral’ da população, a medicina social diagnosticava causas naturais, relacionadas às peculiaridades geográficas do Rio de Janeiro, e, sobretudo, causas sociais, tanto no nível do funcionamento geral da cidade como de suas instituições” (BENCHIMOL, 1990, p.116)

3 A Cidade como um lugar de disputa

Segundo Maurício de Abreu (1997), as transformações decorrentes da Reforma Urbana Pereira Passos foram uma adequação da forma urbana às necessidades de criação, concentração e acumulação de capital, representando a integração cada vez maior do país no contexto capitalista internacional:

“Era imperativo agilizar todo o processo de importação/exportação de mercadorias [...] era preciso também criar uma nova capital, um espaço que simbolizasse concretamente a importância do País como principal produtor de café do mundo” (ABREU, 1997, p.60). No nosso ponto de vista entretanto, agilizar o processo de importação e exportação de mercadorias também se referia ao incipiente processo de industrialização do Rio de Janeiro.

Segundo Benchimol (1990) o Rio de Janeiro possuía um elenco de condições favoráveis ao surto industrial ocorrido no início dos anos 1890 que deu origem aos primeiros segmentos tipicamente fabris:

“A capital federal constituía um mercado de consumo de primeira ordem, reforçado, inclusive, pela considerável ampliação do aparelho administrativo do Estado. Como cidade portuária, através do comércio de cabotagem ou transatlântico, proporcionou aos setores industriais fácil acesso a matérias primas e a máquinas importadas da Inglaterra e logo, também, de outros países industrializados, os quais passaram a exercer sua supremacia não mais como exportadores de bens de consumo, e sim de bens de capital e tecnologia aos países onde transcorriam essas revoluções industriais “retardatárias”.

“[...], além de ser o mais importante centro financeiro do país, o Rio de Janeiro possuía força de trabalho disponível em abundância para a indústria e, de modo geral, para a nova burguesia que prosperou investindo em transportes e serviços”(BENCHIMOL, 1990, p.173)

As transformações ocorridas a partir da metade do século XIX também têm relação com uma maior teatralização e intensificação da vida urbana: “Para um país que vivera três séculos enfiado nas casas grandes, a experiência urbana era uma novidade” (PECHMAN, 1996, p.331)

As cidades eram profundamente agarradas à dinâmica do campo e os problemas urbanos ainda não tinham sido inventados. A cidade não era tematizada como uma questão. Será então na passagem para o século XX que a cidade passa a ser alvo de disputa, de construção de identidades, de representações, etc.

A Reforma Pereira Passos representa um novo “pacto” onde ocorreu o enquadramento de novos e velhos grupos à dinâmica da cidade em transformação. Assim como já ressaltado na relação da cidade com a política higienista, a cidade passa a ser o elo fundamental no processo de consolidação do Estado Nacional e na instauração de um novo sistema não mais baseado na pura repressão² mas na disciplina.

Associado a isso está o fato que a Reforma veio cumprir também uma função de construção de uma imagem de capital civilizada como paradigma, uma nova imagem de Nação e das novas elites. Estas passaram a ter a cidade como lugar estratégico para seu projeto político e social. E a disputa em torno dessas questões se deveu também pelo fato que a questão urbana e a questão social não estavam naquele período completamente entrecruzadas uma vez que o capitalismo não tinha sido completamente instaurado no Brasil.

² Não queremos dizer com isso que deixou de existir a repressão política mas que essa passou por uma transformação em sua forma de existência onde existe um papel importante da disciplina e da moralidade que têm relação com a medicina social e o higienismo.

Como já foi colocado, o higienismo veio traduzir uma das vitórias dessas cidades que estavam em disputas, a idéia de limpeza se confundiu com civilidade como também modernidade sendo que essas idéias foram trazidas para o urbano associando por exemplo “casinha de rotula” e “viellas estreitas” com o passado colonial sobre o qual desejava-se superar.

“Não havia limpeza, nem publica, nem particular, nem interna nem externa, nem no corpo, nem na alma da pobre Sebastianopolis, a Hygiene e asseio eram figuras de retórica, e quanto a elegância e bom gosto em construcções, o que dava a característica era a casinha de rotula, legada pelos fundadores da cidade, e as viellas estreitas, que parecem infinirem o pequeno ar de mexerico às relações entre os que por ellas transmitem” (O MALHO apud PEREIRA, 1998, p.202)

“Antes de produzir o cidadão da polis era preciso- segundo o debate vigente- transformar a massa amorfa de um país gigante e com costumes diferenciados, em povo. Assim, o debate da Reforma no Brasil já nasce submetendo o indivíduo ao Estado, isto é, os direitos aos deveres, ou, se quiser, a formação da cidadania à construção da nacionalidade” (PECHMAN, 1996, p.340)

Isso se caracterizou na Reforma pela proibição de determinados costumes:

“Comecei por impedir a venda pelas ruas de vísceras de rezes expostas em taboleiros, cercados pelo vôo continuo dos insectos, o que constituía espetaculo repugnante. Aboli, igualmente, a pratica rústica de se ordenarem vaccas leiteiras na via publica, que iam cobrindo com seus dejectos, scenas estas que ninguém, certamente, achará digna de uma cidade civilizada. Apesar das serias difficuldades financeiras do Districto Federal, julguei não dever preocupar-me com a diminuição de suas rendas provenientes desses dous actos, por importarem elles na satisfação de necessidade urgentíssima e por isso compensarem de sobejo quaisquer sacrificios” (PEREIRA PASSOS apud PEREIRA, 1998, p.194)

O ideal de modernização, desenvolvimento e construção da nacionalidade serão os principais temas e darão caráter distintivo sobre o urbano no Brasil.

“Na disputa da hegemonia entre os grupos que se legitimam a partir de seu saber sobre a cidade, venceu quem soube inventar a necessidade de uma ordem urbana que só o urbanismo poderia dar”(PECHMAN, 1996, p.357)

Uma das características do projeto da modernidade é precisamente colocar-se como universal, fundada em propriedades gerais, cientificamente construídas relativas ao Homem e à sociedade. No caso do Brasil a tradução dessa modernidade que teve sua origem na Europa teve um caráter da constituição de um povo. As idéias de modernização, desenvolvimento e construção da nacionalidade possuem um enfoque de “melhoramento da raça” e da construção de um povo e de um Estado Nacional brasileiro:

“Todos os discursos tendem, mais ou menos, a apresentar um país “sem povo”, ou melhor, sem sociedade organizada, organicamente constituída, capaz de, por si, estabelecer as dinâmicas constituintes da nacionalidade”(RIBEIRO,1996, p.57) Sendo que a construção desse “povo” e dessa nacionalidade teve um vínculo muito forte com as práticas e os discursos higienistas como já foi ressaltado. Mas não houve disputas apenas nesse âmbito. Houve uma oposição dos setores ligados aos pequenos comerciantes e pequenos construtores além de haver posições em favor de uma política habitacional que acompanhasse as intervenções urbanas mas não representaram a maioria nas discussões da Câmara Municipal.

Pereira Passos, por sua vez, possuía uma suposta “neutralidade” advinda de um saber técnico e se defendia da oposição como defensor do Bem Público.

Alguns relatos da oposição da época já demonstram que a Reforma Pereira Passos tocava

numa questão ainda não resolvida na época e crucial para o entendimento do Brasil Contemporâneo e que se refere ao direito de propriedade que estava entrelaçado às supostas liberdades individuais. Isso de certa forma significa uma contradição dentro do próprio conservadorismo brasileiro que naquele período se apropriou de conceitos liberais desvinculados de uma camada social industrializante:

“(o Prefeito Pereira Passos) si alguma cousa fez em benefício da cidade, fel-o com o sacrifício do direito individual, com a espoliação dos proprietários, o saque dos contribuintes” (PEDRO TAVARES JUNIOR apud PEREIRA, 1998, p.154)

4 Conclusão

Houve, de fato, melhoria dos serviços urbanos e da infraestrutura urbana de uma parcela da cidade. Entretanto o que gostaríamos de ressaltar é que isso ocorreu através de um rearranjo de forças sobre o território no qual as teorias higienistas tiveram papel decisivo. Nesse rearranjo estava incutida tanto a idéia de construção de um povo e de uma Nação como em disputa quem estaria no domínio de todo esse processo.

Se, por um lado, “O Estado através de um discurso moralizador e autoritário, tenta transformar aquela multidão indisciplinada em cidadãos convertidos ao ideário burguês, interferindo em esferas da existência social que até então haviam permanecido a margem ou refratárias à sua presença” (PEREIRA, 1998, p.196); Por outro lado, aquilo que se constituía enquanto classe burguesa também estava passando por redefinições haja vista o próprio processo de decadência do café do Vale do Paraíba e incipiente processo de industrialização.

Nesse sentido, diferentemente do que defende Maurício de Abreu que enxerga nessa Reforma Urbana uma adequação da cidade ao comércio internacional ressaltando a condição do País enquanto retaguarda rural das metrópoles européias, acreditamos que na construção desse povo e dessa nação também vigoravam ideais da construção de um trabalhador e de uma indústria nacionais ideais esses que não foram vitoriosos no processo de disputa daquele período.

5 Bibliografia

- ABREU, Mauricio de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro IPLANRIO, 1997.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman Tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990
- CHALOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989
- PEREIRA, Sonia Gomes. *A Reforma Urbana de Pereira Passos e a construção de uma identidade carioca*. 189f Tese de Doutorado da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz e Robert Pechman (org). *Cidade, povo e nação : gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1996
- RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. *João do Rio: a cidade e o poeta - O olhar de Flâneur na Belle Époque tropical* Rio de Janeiro : Ed. FGV, 2000